

# Notícias Bibliográficas sobre Urbanismo

## Colonial Português dos Séculos XV a XVII (segunda parte: a década de 1990)

*Francisco Roque de Oliveira\**

### RESUMO

*Concluímos neste artigo a resenha dos principais títulos consagrados ao urbanismo colonial português dos sécs. XV a XVII, publicados em Portugal nas últimas duas décadas com a bibliografia dos anos 90. Começaremos por considerar três conjuntos de inquéritos parcelares e globais nos quais se destacam as cidades ou áreas urbanas do Índico, um dos espaços determinantes e*

*mais desconhecidos da concretização do império do ponto de vista urbanístico. O segundo vector favorecido pelas leituras é o brasileiro, a propósito do qual uma longa tradição disciplinar coloca a investigação actual num patamar bem diferente do anterior.*

### PALAVRAS-CHAVE:

*Cidades Coloniais Portuguesas; Urbanismo Colonial; Crescimento Orgânico; Urbanismo Regulado; Séculos XV-XVII.*

### SÍNTESES I

**N**a entrada “Urbanização” que Renata M. Delson assina para o Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil (Delson, 1994) e onde repõe algumas das conclusões mais relevantes dos principais estudos que olharam a matéria da planificação das cidades do período colonial – de Reis Filho ou de si própria, por exemplo –, a par de um sumário sobre o padrão de povoamento do território brasileiro dos sécs. XVI-XVIII sublinham-se duas idéias-força: a que, ilustrada pelo contributo comprovado do padrão geral ortogonal que Salvador da Baía conheceria de raiz, nota as constantes de planeamento e superintendência régios na edificação da generalidade dos assentamentos não espontâneos anteriores a 1716, a data emblemática da legislação da vila de Mocha, protótipo das subsequentes cidades planeadas setecentistas conforme o conceito barroco, de ruas rectas, praças

regulares e ainda uniformes no código para as fachadas; e, em segundo lugar, a idéia que refuta a tendência historiográfica que pretende ver na instituição e na estrutura da propriedade o princípio absoluto de organização deste território, ao que se contrapõe uma vez mais a tese da sua natureza “profundamente urbana” (Delson, 1994, col. 811).

O primeiro ponto de situação abrangente a ser dado nesta década sobre o fenómeno que é tema da nossa resenha é da responsabilidade de Rossa (1995). Este arquitecto enquadra nos pontos quinto e sexto de um todo de sete principais em que se subdivide o seu trabalho a matéria que releva para aqui: respectivamente, um inquérito sobre os “funcionários do urbanismo” – expressão recolhida de Araujo (1998, p. 28) (re-dacção 1992) – do período que vai do início da Expansão à instituição, nos primeiros anos de setecentos, de um sistema de ensino próprio, empenhado na formação de uma escola de engenheiros militares portugueses e concretizado em

associação com o teórico Manuel de Azevedo Fortes; e a secção “De Mazagão a Mazagão, as cidades do outro lado do espelho oceânico”, que corre dos exemplos urbanísticos das ilhas atlânticas aos do “ciclo” pombalino na Amazónia. Da síntese quer faz notamos ainda a tipificação das duas “séries” que caracterizarão o fenómeno urbanístico português: a da cidade “medieval-renascentista” ou de “urbanismo regulado”, à qual se seguirá a que foi resultado da actividade do corpo português de engenheiros militares “totalitários”, a designada “escola portuguesa de urbanismo”, áurea sob o Iluminismo de Pombal.

Em pormenor, na quinta secção é-nos dado a ver o momento de especialização e de hierarquização dos papéis e dos processos de aprendizagem ou de ensino desenvolvidos em torno da direcção e construção de obras que acontece a partir do tempo dos Descobrimentos, inquirido do qual destacamos dois aspectos. Desde logo, as indicações sobre as influências explícitas que decorrem da própria Expansão e afectam o desenvolvimento dos conhecimentos e a prática de fortificações ou a moda que se regista pela arquitectura militar, balística e castramentação, ocorrências que antecedem a estruturação de uma carreira com ensino e exercício, algo que primeiro acontece em 1559 no seio da Corte com a Escola Particular de Moços-Fidalgos. Neste quadro, referem-se ainda os progressos no conhecimento das matemáticas, a circulação da tratadística europeia e dos álbuns de gravuras de cidades, as viagens de estudo e formação ou o convívio com diversos especialistas, sobretudo italianos, realidades já efectivas na segunda metade do séc. XVI. Depois, a constatação do “ritmo e mobilidade insuspeitados” com que desde o início dos Descobrimentos, “mas com intensidade crescente face à vastidão dos territórios a dominar”, acontecia a circulação pelo Mundo de engenheiros militares ao serviço de Portugal, sempre acompanhados por pessoal de armas, judicial e administrativo (Rossa, 1995, p. 267).

Quanto ao périplo pelos casos coloniais das primeiras fases da Expansão que acontece no ponto seguinte, justifica-se um interesse circunscrito aos exemplos das ilhas atlânticas, da Índia e do Brasil pelas fragilidades ou pela ausência de uma política urbanizadora na quase generalidade dos locais de cada uma das restantes áreas em que a presença lusa aconteceu. No Norte da África, onde se assinala que a ocupação de cidades trouxe conseqüências sobre o “saneamento” ou a “regularização” das suas principais vias, esta política fez-se ainda assim sentir na construção de novos equipamentos e, por certo, na relativa correspondência com um “ideal” renascentista conforme a forma de algumas fortificações (Mazagão). No entanto, nem com tudo isso se conseguiu um corte absoluto com as estruturas prévias. Já sobre as cidades portuguesas em Ceilão, omite-se qualquer referência por pouco ou nada se saber<sup>1</sup>.

Deste modo, a sua análise da “produção artística portuguesa” das cidades (Rossa, 1995, p. 275) começa por olhar o exemplo de Angra, destacado pela importância histórica e pela regularidade da respectiva malha, retomando-se para aí Fernandes (1989), autor que se utiliza também para as referências ao Funchal, sempre seguindo uma linha que busca afinidades entre estas cidades insulares e os esquemas urbanos do continente português. Em seguida, a leitura toca Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande em S. Miguel e Ribeira Grande em Santiago. Para a Índia, nota-se como, a par de uma premência defensiva comum, a regra é a da multiplicidade de situações, reflectindo cada uma delas um estádio diferente de afirmação do poder ou um interesse económico também diferenciado: fortalezas que dominam cidades preexistentes; cidades ocupadas, reestruturadas e fortificadas; cidades fortificadas feitas de raiz. Do ponto de vista urbanístico, os equipamentos e funções que se implantarão em torno do local primeiro escolhido para uma feitoria vêm desenhar em quase todas um tipo de estrutura de

relativa regularidade, sem desenho prévio, similar a realizações anteriores e contemporâneas na metrópole.

De Goa, salienta-se que nem na reforma da cidade ocupada, nem nas extensões extramuros se registou uma acção racionalizadora, tivesse esta acontecido ao nível do traçado viário ou aquando da implantação dos conjuntos edificados de maior importância simbólica ou arquitectónica. A propósito de Goa, corrige-se também a ideia mais divulgada de uma aparente semelhança com Lisboa: possível pela coincidência de uma implantação distanciada do mar, pelo cais com praça e o Arsenal na margem do rio, mas desmentida pelas estruturas urbanísticas diferentes, ditadas numa e noutra por topografia e processos históricos específicos. De Diu, sublinha-se o caso paradigmático de uma reestruturação urbana que começa por se afirmar na instalação de equipamento entre a muralha inicial e o núcleo urbano preexistente, buscando-se, assim, uma recentralização da urbe à imagem de processos equivalentes aos que ocorriam no quadro metropolitano. Os exemplos de Chaul e Baçaim são analisados à luz de novos levantamentos, de uma releitura das realidades históricas e locais e em estudos monográficos, obrigando ao distanciamento definitivo da imagem de “*cidade ideal*” que decorre do trabalho de Chicó (1956) e que uma leitura pouco atenta às características estereotipadas da iconografia recorrente e ao tom por regra encomiástico próprio de muitas das descrições de finais de Quinhentos e de inícios de Seiscentos ajudara a cimentar. Decorre destas últimas análises a constatação de estruturas urbanas reguladas por princípios idênticos aos descritos para a generalidade de outros estabelecimentos e ampliações urbanas coevas, e que, tal como em tais casos, só depois de consolidadas foram envolvidas pelas muralhas renascentistas do último quartel do séc. XVI. O que o anterior desenvolvimento urbano de Chaul e Baçaim não permitiu concretizar vem a realizar-se apenas em Damão: uma cidade fortificada e previamente

delineada, rigorosamente regular, composta por quarteirões quadrados cujo módulo é a quarta parte do fortim muçulmano já aí implantado.

A terminar, vêm alguns exemplos do Brasil: (1) a Salvador quinhentista, “bem arrumada, com quarteirões próximos do quadrado” que as plantas de inícios do séc. XVII dão a ver, porém com a sua racionalidade algo condicionada pelas estruturas defensivas, tal como pelas “ladeiras” de ligação à “baixa”, o que fez com que a “adaptação ao sítio de uma ideia formal pré-concebida, matriz fundamental da futura escola portuguesa de urbanismo” se aplicasse pela primeira vez no morro sobranceiro à baía de Todos-os Santos (Rossa, 1995, p. 285-286); (2) o Rio de Janeiro, regularizado sob domínio filipino; (3) tal como para este caso, dão-se indicações sobre a participação de engenheiros militares na urbanização que acompanhou o esforço pelo controlo do Norte marcado pelas “*posições*” sucessivas de Filipeia, S. Cristóvão, Natal, a conquista de S. Luís do Maranhão e a fundação de Belém; (4) enfim, há referências genéricas aos exemplos de cidades fundadas pela mesma época no Centro-Sul e cuja regularidade é associada a uma maior aproximação às Ordenaciones filipinas, com o que se perfilha uma tese de Reis Filho (Rossa, p. 287).

## SÍNTESES II

W. Rossa voltou a propor em 1997 o “estado da questão” do problema do urbanismo português de foro régio de Antigo Regime para a parte indiana do respectivo universo. Num primeiro capítulo, intitulado “Contextos Fundacionais”, relembram-se os reflexos que decorrem para a matéria das estruturas urbanísticas e territoriais das diferentes circunstâncias de empenho, acompanhamento, delegação ou ausência do poder estatal manifestadas sobre a empresa da Expansão. Na mesma linha, recordam-se, entre outros, os seguintes aspectos: (1) como foi diversa nuns e noutros locais e nuns e noutros tempos a realidade semântica a que correspondeu a

palavra “território” ou a realidade da soberania exercida sobre os espaços de ocupação; (2) como pesam para a diversidade de situações a que se chegou realidades como a das preexistências edificadas; (3) como foi em muitos casos diversa a evolução de feitoria-fortaleza para cidade; (4) como estas últimas se confundem amiúde com simples feitorias ou mesmo fortes; (5) como, de ter sido quase nula na Índia a fundação deliberada de novos estabelecimentos com características urbanas depois da dinastia de Avis, resulta que a urbanização no litoral do Hindustão classificada de à portuguesa – “catalisando a cristalização de uma forma especificamente portuguesa de preconceber a cidade, uma urbanística ainda não assumida numa produção teórica que hoje possa ser exibida como prova: o urbanismo regulado” (Rossa, 1997, p. 19) – se tenha produzido toda ela num espaço de tempo de menos de um século; (6) como a defesa forçou implantações altaneiras, mas também como Goa foi excepção neste campo; (7) como pesaram na polarização urbanística de diferentes implantações as políticas de produção e reprodução dos portugueses, ou como uma geografia envolvente que, para além de económica era também religiosa, afectou diferenciadamente a sorte de outras tantas cidades.

Entre uma copiosa mostra de planos e fotografias, no capítulo seguinte descreve-se, alargando o conteúdo dado a ler no trabalho de 1995, o percurso da implantação e as principais características dos seis casos trabalhados: Cochim, Goa, Chaul, Baçaim, Diu e Damão (S. Tomé de Meliapor e Negapatão merecem referências dispersas noutros pontos, em particular a propósito das respectivas muralhas). Algumas das reflexões mais pertinentes surgem sob o título desgarrado de “A Propósito de Tudo Isto...” que se lhe segue. Aí, de novo a partir do pretexto de Damão, nova visita à tese de M. Chicó, agora pelo confronto entre a traça desta e das demais cidades indo-portuguesas, de um lado, e modelos de circulação comprovada no Portugal da

época como os de Filarette, Giorgio Martini, Vegesio, Dürer ou Cataneo, de outro (o mesmo não poderá ser dito a respeito de Barbado, Holchelaga, Maggi, Castriotto ou Marchi, anota-se também). A falta de sintonia entre umas e outros dará para perceber com mais clareza uma urbanística que, atenta à importação de conhecimentos científico-tecnológicos que aplica sobretudo à engenharia militar, está no entanto mais próxima do plano “estético-conceptual” em que se situam as leituras espaciais de Arnolfo de Cambio, o Vitruvius reeditado ou Alberti e que apontam para “um sistema racionalmente monumentalizante” (Rossa, 1997, p. 85), e, menos, para um geometrismo do traçado. É certo que este seria fácil de decalcar de desenhos-exemplo ou de modelos formalizados de cidade, mas nunca do que essas mesmas obras fornecem. Assim, da proximidade com uma prática tardomedieval que define uma urbanística “florentina” decorrerá em muito ter-se concretizado nas cidades em estudo uma sobreposição às estruturas preexistentes de programas de monumentalização de gosto clássico em tudo semelhantes ao que se fazia em larga escala na metrópole, sobreposição que, contudo, não anula, antes integra, reinterpretadas, as realidades urbanísticas com que depara. Já só parcialmente de fora ou ainda por esclarecer de modo conveniente fica a “dúbia excepção” de Damão. Tal excepcionalidade não decorre do caso em si ter sido preconcebido, mas pelo que na sua quadrícula é passível de acerto com um modelo diferente, mesmo reconhecendo a importância mínima que este elemento tem quando tomado isoladamente, mero modelo matemático e forma primária de organização do espaço que é. Acresce que a quadrícula em causa nega em parte os componentes formais do arquétipo que se pretende que reproduza: ordem, hierarquia, clareza formal e funcional, concepção utilitária da muralha e do espaço urbano, por exemplo (Rossa, p. 80-81, 88-90).

Do último capítulo desta obra – “As soluções do Período Colonial” – nota para o signifi-

cado que se adivinha nas plantas realizadas na Índia Portuguesa na década de 1980 do séc. XVII e que, se bem que apenas indicadas por relato coevo, se sabe que projectavam a nova cidade capital desse Estado para Mormugão, alternativa pensada desde a década anterior para a decadente e assediada Goa. O tempo em que se dava a proposta, o facto de, desde 1647, se encontrarem activos nas respectivas funções engenheiros militares instruídos pela nova pedagogia da Aula de Fortificações, tal como a circunstância de nesse mesmo meio goês ser real a disponibilidade de jesuítas de sólida formação matemática, tudo isso serve, por seu lado, para assegurar a mais do que provável existência de um plano. A confirmar-se esta suposição, estar-se-á em presença da mais antiga cidade de dimensão expressiva e de valor simbólico efectivo pensada *ex nihilo* pelos portugueses na época – menos importantes, existem apenas como relativamente equiparáveis os exemplares contemporâneos do Sul do Brasil, todos eles, para o mais, ainda mal documentados iconograficamente: Parana-gué (1653), São Francisco (1660), Sorocaba (1661), Iguape (1665) e Colónia do Sacramento (1680) (Rossa, 1997, p. 97-101).

### SÍNTESES III

O artigo com que W. Rossa contribui para a obra *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, colectânea de 25 estudos, é um dos dez que, entre inéditos e reedições de dispersos fundamentais, dela destacamos (Rossa, 1998). Sem novidades fundamentais em relação às leituras que acabamos de fazer de outros trabalhos seus ainda que com detalhe afinado na apreciação de alguns dos exemplos aí tomados, o texto centra-se na releitura da produção urbana e urbanística colonial portuguesa, a qual durante toda a Idade Moderna se conformou com as características que a vista interpretação de “regulado” lhe conferiu, algo a que a Restauração veio pôr fim quer com o aparecimento institucionalizado da “escola por-

tuguesa de urbanismo”, quer com o “inevitável radical” associado que foi a engenharia militar<sup>2</sup>.

Paulo O. de Azevedo trouxe para esta colectânea um artigo sobre as origens do urbanismo de traçado regular no Brasil (1ª ed. castelhana, 1990). Texto-resenha da principal bibliografia disponível, parte das incontornáveis sugestões de Sérgio Buarque de Holanda para alinhar, sucessivamente, os antecedentes portugueses, os casos das ilhas atlânticas e de África, os do Império Oriental e os das cidades reais brasileiras, sempre na linha que destaca a flexibilidade diante das condições locais ou a consumação de uma pragmática muito própria em que uma menor homogeneidade geral dos traçados se compensa por uma planificação mais integrada e independente de um modelo virtual preconizado pela metrópole (Azevedo, 1998). O artigo inédito de Beatriz Bueno intitulado “A Iconografia dos Engenheiros Militares no Séc. XVIII” (Bueno, 1998) interessa-nos por várias das suas referências: as que faz sobre o impacto da ciência do desenho junto da Corte portuguesa do séc. XVI e subseqüentes conforme o exemplo da tratadística quinhentista de Francisco de Holanda; a que faz sobre o papel central do cosmógrafo-mor do reino, o magistério da Escola Particular de Moços-Fidalgos do Paço da Ribeira, a iluminação das cartas e a preparação de atlas manuscritos; a que faz a propósito do triunfo do engenheiro militar sobre o arquitecto que ocorre a partir de finais do séc. XVI e a respeito do papel desempenhado até aí pelos mestres das fortificações do reino; por último, pelo que anota sobre os primeiros exemplos de tratado manuscrito de arquitectura militar, a tratadística importada e a contratação de importantes engenheiros franceses ou com contactos com o ensino da arquitectura militar dos Países Baixos durante o séc. XVII. Também inédito, o artigo “Rural & Urbano. Espaços de Expansão Medieval: Origens da Organização Espacial Ibero-Americana?” assinado por Glenda Cruz é importante por lembrar a importância de que se revestiram para o proces-

so de Expansão atlântica dos sécs. XV e XVI os precedentes medievais incorporados nas mentalidades, precedentes pelo menos aparentemente tão determinantes como as inovações e as interações que se acabaram por estabelecer com as terras então descobertas (Cruz, 1998).

Um dos dois textos de Roberta Delson incluídos nesta obra é-nos igualmente útil por recordar os antecedentes da “profissionalização” e da intervenção no desenvolvimento planeado que conheceu um exército activo na América Latina no fim do séc. XIX como o brasileiro. Como se lê aí, tais antecedentes radicam no ensino da “ciência da fortificação” que Portugal se vira forçado a rever depois de detectadas as insuficiências da engenharia durante as guerras da Restauração, ensino que, por seu turno, se estendia ao conceito completo de acampamento militar e à iniciação na “arte da simetria” e que, logo depois, conheceu um longo estágio de implementação no Brasil setecentista, onde foi servido por sucessivas reformas dos métodos de aprendizagem e por uma elite de engenheiros-oficiais portugueses e brasileiros (Delson, 1998, p. 210-211). Enquanto isto, outro investigador brasileiro propõe-nos, num inédito que intitula “Olinda; Evolução Urbana”, nova incursão nas matérias da escolha de sítio e de configuração urbana a propósito da descrição de um caso colonial em que se destaca a racionalidade de um traçado pensado de origem e traduzido em 1537 no texto do respectivo foral (Menezes, 1998). De Rafael Moreira é o artigo “Um Tratado Português de Arquitectura do Séc. XVI (1576-1579)”, correspondente à primeira parte da dissertação de Mestrado em História de Arte defendida pelo autor em 1982. Trata-se do trabalho que deu a conhecer o Tratado de Architectura, manuscrito quinhentista anónimo existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, descrevendo-o, datando-o e identificando-o com maior probabilidade como sendo da autoria do arquitecto António Rodrigues (ou Roiz), “Mestre das obras e fortificações do Reino”. A par de uma caracte-

rização oportuna do ensino da arquitectura na Escola do Paço e da rememoração sempre implícita da importância da teoria artística para o estudo da história da arte desta – ou de qualquer – época, assinala-se aqui estar-se em presença do

*único exemplo da tratadística portuguesa de arquitectura civil e militar e de urbanismo até agora conhecido no séc. XVI, instaurando uma tradição de síntese, pragmática, culta e original, que vem até aos dias de hoje: a base teórica duma escola nacional (Moreira, 1998a, p. 397).*

A par de tudo isto, e entre outras fontes literárias detectadas, assinala-se a influência de Pietro Cataneo (*L'Architettura*, Veneza, 1554), o último tratadista-generalista vitruviano, circunstância fundamental para perceber a importância do nome em causa como representante do purismo geométrico na transição da erudição serliana de Diogo de Torralva para o “estilo chão” (Moreira, p. 397).

Num estudo comparativo dos paradigmas urbanísticos ibéricos e inglês na Ásia, Ashish Rege confronta os exemplos de Pangim em Goa, Manila nas Filipinas, e de Madrasta, Calcutá e Bombaim na Índia. Em concreto, o plano de 1777 que altera a fisionomia da primeira, o plano básico de Manila imediato à decisão de Miguel Lopez de Legazpi de a tomar como base da ocupação (1570), a geometria que os ingleses aplicaram depois de 1639 em Madrasta, as diferentes e dissemelhantes fases de intervenção destes últimos em Calcutá e, por fim, a nova fase que assinala o primeiro grande Plano de Melhoramentos que se implanta em Bombaim em 1864: um conjunto de casos em que, apesar da variedade de soluções encontradas, ocorrerá o reflexo de estratégias em tudo equivalentes de afirmação de um poder central (Rege, 1998). De seguida, Reis Filho leva-nos de volta ao mundo brasileiro. Retomando algumas das suas próprias idéias, sucede-se aí o tratamento dos temas da

urbanização e do urbanismo na “retaguarda rural” dos sécs. XVI e XVII, durante a “centralização” que se segue à segunda metade do séc. XVII e, por último, o urbanismo no “século do ouro”, este já fora do tempo da nossa leitura, mas que, como os anteriores, o autor insiste em ler à luz da premissa que não distingue entre formas do urbanismo “espontâneo” e “dirigido” mais do que por uma diferente afinação técnica e teórica ou pelo que seja o “grau de consciência dos atores envolvidos, dependendo dos objectivos fixados nos programas, em planos e projectos”. Quanto ao resto, conclui, ambas “confirmam ou negam os projetos dos grupos sociais hegemônicos” (Reis Filho, 1998, p. 485-486). A derradeira menção que fazemos nesta obra é a uma resenha sobre a recente história urbana realizada em Portugal da autoria de Teixeira (1998). Aí encontramos confirmadas as principais linhas de pesquisa que temos procurado retratar e de onde destacamos duas alusões adicionais a outros tantos autores: Ilídio do Amaral, com um trabalho sobre as características geográficas das cidades de matriz portuguesa no espaço do Atlântico entre os sécs. XV e XVI (Amaral, 1987); e o próprio Manuel Teixeira, investigador que identifica para o conjunto das cidades coloniais portuguesas a presença dos modelos de referência da cidade muçulmana, das cidades planeadas da Idade Média e, ainda, os modelos eruditos renascentistas (Teixeira, 1990).

## **DESTAQUES SOBRE PORTUGAL & BRASIL**

Organizado pela Comissão dos Descobrimentos, realizou-se em Coimbra em Março de 1999 o Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Por hora, saiu daqui um caderno de resumos (AAVV, 1998) e uma útil *Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística* (Araujo, 2000). A consulta destes dois instrumentos de trabalho indica o aparecimento de 26 novas referências en-

quadráveis no âmbito da nossa resenha, a maioria das quais consagrada ao Brasil. Enquanto se aguarda a publicação das respectivas Actas para o confirmar (AAVV, 1999), destacam-se três títulos que incidem sobre as geografias brasileira ou luso-brasileira. São eles: a referida dissertação sobre as cidades da Amazónia no séc. XVIII de Araujo (1998), o compêndio sobre o urbanismo de Portugal e Brasil dos sécs. XIII-XVIII de Teixeira e Valla (1999) e o número monográfico da revista *Oceanos* dedicado à construção do Brasil urbano (jan./mar. 2000).

A leitura dos desenhos e das plantas originais de muitas das cerca de 60 vilas e lugares fundados na Amazónia entre 1755 e 1759, a maior parte sob impulso de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, suscitou da parte da primeira destas investigadoras uma dupla equação. Por um lado, havia que confrontar tais casos (que depois são concentrados nos de Belém, Macapá e Mazagão) com o contexto de época, o mesmo é dizer com a típica acção planeadora e o papel dos engenheiros militares, tal como com as experiências metropolitanas da Lisboa e da Vila Real de S. António pombalinas. Por outro, impunha-se saber se a mesma experiência urbanística da refundação pombalina da Amazónia não evidenciaria pontos de contacto com a generalidade das experiências urbanísticas dos portugueses nos seus territórios de Expansão, quer dizer, com esse longo prazo cultural que sabemos que durante muito tempo foi catalogado por certo preconceito de nulo de planos, de rústica organicidade e de mera repetição dos padrões das cidades medievais da metrópole. À parte o que só por si acrescenta ao nosso tema, esta indagação retrospectiva, levada até ao séc. XVI, acaba por resultar numa das mais valias deste estudo já que é a própria fundamentação da história do urbanismo luso desse e dos dois séculos seguintes que aparece refeita (Correia, 1998, p. 15).

A tese que nos toca vem a ser a seguinte: longe de surgir num período determinado, a acção

– quando não a própria presença física – dos engenheiros militares aconteceu de forma constante e prolongada ao largo dos anos, do que resultou forjar-se uma “escola de engenharia militar portuguesa” ou “escola de urbanismo português”. A noção de “escola” é aqui usada sobretudo no intuito de sublinhar a ocorrência de um processo “que se serve de um método de divulgação escolar, no sentido que se fundamenta em Aulas e que implica uma passagem do conhecimento de mestres e discípulos, que se multiplicam no tempo e no espaço” (Araujo, 1998, p. 19). Dada a opção cronológica, na síntese que é feita das formas urbanas da Expansão tendo em vista o dito enquadramento dos casos amazônicos, deixam-se de lado as ilhas atlânticas e as incursões Norte-africanas do séc. XV. É na Índia e no Brasil que a leitura se centra. E centra-se para concluir sobre o papel preponderante da Coroa na gestação da generalidade das primeiras instalações urbanas a partir do momento em que a feitoria comercial dá lugar à fortaleza. Como se recorda, estas foram as bases dos núcleos que vieram a ser urbanizados durante os sécs. XVI e XVII e nelas o Estado investiu uma estrutura de controlo administrativo na qual a formação urbana emparceirava com as actividades políticas, jurídicas e económicas. Do mesmo modo, quando o desbravamento foi protagonizado por agentes terceiros – religiosos ou particulares –, logo o aparelho estatal compensou o atraso e acabou impondo a sua presença, quer pela via indirecta do funcionariado, quer por interposto engenheiro militar com alçada tanto sobre o desenho das fortificações e de mapas, como, sempre que possível, sobre o desenho urbano (Araujo, 1998, p. 25-28).

Da figura polivalente do “conquistador e construtor” Afonso de Albuquerque à dos mestres fortificadores que acompanharam os primeiros capitães, da progressiva formação prática e ascensão profissional dos mestres construtores à sua grande mobilidade pelas diferentes partes do império, dos planos de Miguel de Arruda para

fortificar Moçambique (1546) ao “arquitetector da Índia” Giovanni Batista Cairati (1583-1596), do interesse crescente da Corte pela fortificação abaluartada e pela tratadística aos “planos e amostras” do mestre Luís Dias para a cidade da Baía, do envio de Francisco Gonçalves como mestre da fortificação do Rio de Janeiro (1571) à refundação da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar de Lisboa (1647), das aulas similares criadas na Baía (1696), no Rio (1698) ou no Maranhão (1699) até à de Belém (1758), tudo isto confirma que um modelo seguro de planificação urbana como o que o Brasil conhece no séc. XVIII entronca numa larga experiência, sempre mais programada e eficiente. Como conclui Araujo,

*No conjunto da variedade formal do urbanismo português da Expansão encontra-se a unidade que lhe advém da escola que o criou, desenvolvida pelos engenheiros militares portugueses, responsáveis por um método que, cremos, une o pragmatismo à segurança teórica. (Araujo, 1998, p. 37)*

No segundo dos títulos acima referidos, uma pesquisa particularmente atenta à cartografia urbana histórica propõe nova visão global sobre as morfologias urbanas das cidades de origem portuguesa construídas até ao final do séc. XVIII. O conjunto de núcleos estudados, centrado em exemplos metropolitanos e insulares mais representativos, mas que as inter-relações conhecidas obrigam a alargar a casos brasileiros (S. Luís do Maranhão, Belém, Salvador da Baía e Rio), vem estudado em função das principais etapas do urbanismo planeado português. Constata-se também aqui o desenvolvimento de uma crescente regularidade dos traçados urbanos portugueses e brasileiros, a qual desembocará nos exemplares do Iluminismo setecentista (para os casos ultramarinos, outra vez Macapá e Mazagão). Constata-se ainda que a idéia de regula-

ridade se expressa muitas vezes através da ortogonalidade, mas não necessariamente. Que quanto mais condições tem o poder para se impor, mais a cidade tende a ser racional e geométrica. E que quando não surgem essas condições ideais, tanto acontece que o poder intervém de forma pontual, afectando o desenho de uma praça, de uma rua, de um edifício ou uma reformulação mais ou menos profunda das preexistências, como se concede espaço acrescido para o desenvolvimento de princípios de cultura urbanística não codificados ou vernáculos.

Entre os artigos que destacamos da *Oceanos* do primeiro trimestre de 2000, está aquele em que Bueno retorna ao Brasil dos engenheiros militares e analisa o conceito de “desenho” nos sécs. XVI-XVIII e a importância desta ciência no serviço das obras régias e da pragmática colonizadora que aí ia subentendida. Na mesma oportunidade, Reis Filho volta a lembrar o carácter eminentemente político e a base técnica que se associam desde o início ao projecto e à construção das cidades brasileiras do período colonial, algo que teve reflexos imediatos nos traçados mais ou menos regulares de Salvador, João Pessoa (antiga Paraíba) e São Luís. Pessôa (2000) vem alertar para o facto da história do urbanismo colonial português no Brasil tender a apoiar-se em monografias isoladas e em leituras globais baseadas nos grandes centros e casos de maior destaque, razão pela qual urge alargar as leituras sobre a forma, a topografia, as vivências, a toponímia ou a gestão a um conjunto alargado de cidades antes de se avançar para quaisquer sistematizações. No entanto, não se coíbe de definir algumas das invariantes desse universo e que, “mesmo distintas daquelas do território português, foram sempre suficientemente semelhantes para permitir ao bispo do Rio de Janeiro pensar em Lisboa para explicar a paisagem de São Sebastião do Rio de Janeiro” (Pessôa, 2000, p. 71). De Rhoden é uma leitura sobre a – tardia – formação da rede

urbana no território dos actuais Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Como este, outro estudo que escapa à tendência ainda maioritária para repetir casos (e juízos) mais conhecidos é o que Menezes dedica a Olinda e ao Recife. Aqui, se era obrigatório trazer à lembrança o mote de uma invariável matriz orgânica do urbanismo luso para Olinda ou o da virtual matriz urbanística holandesa do Recife, o investigador pernambukenho dissuade-nos de seguir pelo fácil: “nem Olinda é tão orgânica como à primeira vista parece, nem o Recife é tão holandês como uma superficial interpretação da cronologia política tem feito crer” (ibid., p. 136). Enfim, Duarte analisa a fundação e o desenho urbano de S. Luís e Belém, explorando ainda o tema da cidade-fortaleza e tecendo paralelismos com as duas outras cidades que as completam na área, Filipeia e Natal<sup>3</sup>.

## BALANÇO

---

À medida que se dá seguimento à decifração das originalidades dos processos urbanísticos ultramarinos de raiz lusa vão-se identificando melhor antecedentes de ordenação territorial e urbana – alguns dos quais vindos, pelo menos, da segunda metade do séc. XII –, com o que se reforça a consciência de que as intervenções régias de sentido regularizador que surgem a partir de meados do séc. XVI, se disciplinam morfologias mais orgânicas, não inauguram uma era que será marcada por uma racionalização progressiva, a qual desemboca na adopção instrumental do desenho. Eterna lembrança da tese de S. Barque de Holanda, é claro que com isto se reforça também a consciência de que há mais regra e raciocínio no que à primeira vista parecia puramente espontâneo. Mas sobra um vasto campo por explorar, sobretudo o que atenda às combinações de referências vernaculares e eruditas, onde a cidade-obra-do-poder perdeu para os agentes particulares ou onde o local subverteu ou se fundiu com a matriz portuguesa.

- \* Doutorando em Geografia Humana na Universidade Autônoma de Barcelona. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa. Artigo encaminhado para publicação em novembro de 2000.
- 1 Para o caso, veja-se o estudo de Raben (1997) alusivo à herança urbanística contrastada de portugueses e holandeses em Colombo, onde quatro das idéias sobre os 150 anos de presença lusa são as da ausência de uma centralidade urbana clara, do provável respeito do essencial das estruturas urbanas anteriores, da adaptação às preexistências morfológicas e da inexistência de qualquer *layout* consciente.
  - 2 Ver também Rossa e Andrade (1998) e Rossa (2000).
  - 3 Os últimos tempos da administração portuguesa de Macau suscitaram a escrita e a reedição de numerosos estudos em que se reflectiu sobre a sua evolução urbana e arquitectónica. Decorrendo ou não do mesmo esforço, têm igualmente sido dados à estampa vários trabalhos sobre os espaços laterais das Molucas e Nagasáqui. Indicamos alguns, incluindo uma ou outra edição não portuguesa mais importante. Para Macau: Duncan (1987), Marreiros (1987), Costa (1997), Baracho (1998), Calado (1998), Tang (1998), Wong (1998) e Porter (2000). Para Nagasáqui: Moreira e Curvelo (1998). Para o conjunto dos casos do Extremo Oriente: Moreira (1998b).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. *Caderno de Resumos do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa:

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1998. 159 p.

\_\_\_\_\_. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1999 (no prelo).

AMARAL, Ilídio Peres do. Cidades coloniais portuguesas (Notas preliminares para uma geografia histórica). *Povos e Culturas*, Lisboa, n. 2, 1987, p. 193-214.

ARAUJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII* – Belém, Macapá e Mazagão. Lisboa: Fac.

Arquitectura Univ. do Porto, 1998. 357 p.

\_\_\_\_ et al. (Coord.). *Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 2000. 142 p.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de Traçado Regular nos Dois Primeiros Séculos da Colonização Brasileira – Origens. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 39-70.

BARACHO, Carlos. Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau. *Revista de Cultura*, Macau, n. 34 (II série), jan./abr. 1998. p. 147-180.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. A Iconografia dos Engenheiros Militares no Século XVIII: Instrumento de Conhecimento e Controlo de Território. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 87-118.

\_\_\_\_. Desenho e desígnio – O Brasil dos engenheiros militares. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 40-58.

CALADO, Maria et al. Macau – Da fundação aos anos 70. Evolução sócio-económica, urbana e arquitectónica. *Revista de Cultura*, Macau, n. 34 (II série), jan./abr. 1998. p. 75-146.

CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p.

CHICÓ, Mário Tavares. A “cidade ideal” do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. Lisboa: Garcia de Orta, 1956. p. 319-331, número especial.

CORREIA, José Eduardo C. Horta. Apresentação. In: ARAUJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII* – Belém, Macapá e Mazagão. Lisboa: Fac. Arquitectura Univ. do Porto, 1998. 357 p. p. 15.

COSTA, Maria de Lourdes Rodrigues. *História da Arquitectura em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997. 137 p.

CRUZ, Glenda Pereira da. Rural & Urbano. Espaços de Expansão Medieval: Origem da Organização Espacial Ibero-Americana? In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 155-204.

DELSON, Renata Marx. Urbanização. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994. 840 col. col. 809-812.

\_\_\_\_. O Início da Profissionalização no Exército Brasileiro: Os Corpos de Engenheiros do Século XVII. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 205-223.

- DUARTE, Cristóvão Fernandes. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 152-160.
- DUNCAN, Craig. Development of Macau's City Landscape. In: CREMER, Rolf Dieter (Ed.). *Macau – City of Commerce and Culture*. Hong Kong: The University of East Asia Press, 1987. 202 p. p. 71-85.
- FERNANDES, José Manuel. *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Presença, 1989. 82 p.
- MARREIROS, Carlos. Traces of Chinese and Portuguese Architecture. In: CREMER, Rolf Dieter (Ed.). *Macau – City of Commerce and Culture*. Hong Kong: The University of East Asia Press, 1987. 202 p. p. 87-102.
- MENEZES, José Luís Mota. Olinda; Evolução Urbana. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 331-351.
- \_\_\_\_\_. Olinda e Recife: 1537-1630. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 136-150.
- MOREIRA, Rafael. Um Tratado Português de Arquitectura do Século XVI (1576-1579). In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 353-398.
- \_\_\_\_\_. As Formas Artísticas. In: OLIVEIRA MARQUER, A. H. de (Dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, v. 1, t. 1. 1998. 564 p. p. 447-502.
- \_\_\_\_\_; CURVELO, Alexandra. A circulação das formas – artes portáteis, arquitectura e urbanismo. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 2, 1998. 599 p. p. 532-570.
- PESSÓA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 70-81.
- PORTER, Jonathan. *Macau: the imaginary city. Culture and Society, 1557 to the Present*. Boulder: Westview Press, 2000. 240 p.
- RABEN, Remco. Trade and urbanization. Portuguese and Dutch urban attitudes in Ceylan – Colombo: mirror of the colonial mind. *Mare Liberum*, Lisboa, n. 13, jun. 1997. p. 95-117.
- REGE, Ashish K. Paradigmas do Urbanismo da Fase de Implantação dos Portugueses, Espanhóis e Ingleses na Ásia: Estudo Comparativo. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 455-466.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira Parte: Período Colonial. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 483-506.
- \_\_\_\_\_. As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 60-67.
- RHODEN, Luiz Fernando. A formação da rede urbana do Brasil nos sécs. XVII e XVIII. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 120-134.
- ROSSA, Walter. A Cidade Portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 3. 1995. 695 p. p. 233-323.
- \_\_\_\_\_. *Cidades Indo-Portuguesas*. Contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental. Lisboa: CNCDP, 1997. 117 p.
- \_\_\_\_\_. O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 507-533.
- \_\_\_\_\_. No primeiro dos elementos. Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística Portugueses da Idade Moderna. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. p. 8-21.
- \_\_\_\_\_, ANDRADE, Amélia. La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones. In: *La plaza en España e Iberoamérica*. El escenario de la ciudad. Madrid: Museo Municipal de Madrid, 1998. 157 p. p. 99-109.
- TANG, Kaijian. Macau – Notas sobre a evolução urbana e arquitectónica durante a dinastia Ming. *Revista de Cultura*, Macau, n. 34 (II série), jan./abr. 1998. p. 47-74.
- TEIXEIRA, Manuel C. Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscegenation. *Traditional Dwellings and Settlements Review*, v. 1, 2, 1990. p. 23-34.
- \_\_\_\_\_. A História Urbana em Portugal: Desenvolvimentos Recentes. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata de (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 1998. 569 p. p. 547-566.
- \_\_\_\_\_; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português*. Séculos XIII-XVIII Portugal e Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 334 p.
- WONG, Shiu Kwan. Arquitectura de Macau: uma mistura de influências portuguesas e chinesas. *Revista de Cultura*, Macau, n. 35, 36 (II série), abr./set. 1998. p. 9-153.

## **ABSTRACT**

---

*Here is presented the review of the most relevant publishing of the 1990's concerned with the Portuguese colonial urbanism of the 15<sup>th</sup>- 17<sup>th</sup> centuries. We start by considering three different groups of case studies and general syntheses where a dominant approach to Indo-Portuguese cities can be foreseen. Secoundly, we detach the Brazilian case, a research field much better known because of a longer inquiry and a specific academical tradition.*

## **KEYWORDS**

---

*Portuguese Colonial Cities; Colonial Urbanism; Organic Urban Growth; Urban Regulated Pattern; 15<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> Centuries.*